

## **AS RAÍZES DA DEMOCRACIA EM DEBATE: VERSÃO CONCISA.**

**André Luis de Souza Alvarenga**

**Orientação: Prof. Dr. Mário José Dias**

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) – Campus São Joaquim**

### **Resumo**

O objetivo deste estudo é compreender os fundamentos da democracia, sua origem na pólis grega e seu encontro com a civilização romana, para entendermos as condições políticas através das quais se fundamenta a crise filosófica atual. Com efeito, será utilizado o campo discursivo da memória como ferramenta no resgate da democracia, própria da pólis grega. A justificativa que sustenta este trabalho é de que a democracia, e por isso, a política e seu conseqüente jogo de forças, diversificaram suas formas de atuação no decorrer da história atrelada a questões culturais, religiosas e, principalmente, econômicas.

**Palavras-chave:** Pólis. Política. Memória.

### **Introdução**

*“Para que houvesse um início, o homem foi criado.”*

*– Santo Agostinho, Cidade de Deus.*

A hipótese inicial é de que o ideal grego deu lugar a uma lógica racional que governa o mundo e, desta maneira, é preciso repensar o papel da memória como um instrumento no resgate do espaço dialogal, próprio da pólis grega. E o questionamento principal da pesquisa é que, se a liberdade foi conquistada como afirma o projeto liberal, como explicar que entre os louros da vitória não esteja à capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo?

Na perspectiva do estudo, a democracia é o encontro das diferenças baseadas na fenomenologia da ação que, por sua vez, emana das potencialidades dos cidadãos. Para sustentar isso, recorreremos à política da pólis grega, local onde os homens, dotados do comedimento, eram livres na medida em que se colocavam entre seus pares.

Apesar de tudo, para Negri, os homens conservam na lembrança de suas respectivas memórias, a tradição da soberania romana – que promove uma ideia de transcendência do poder. Segundo Arendt é uma utopia ou padrão a ser perseguido que também pode ser rastreado em *A República* de Platão e que reduz o ideal grego em mecanismo para fins específicos. E, portanto, no que diz respeito à pólis, essa condição não foi alterada devido às influências da moral cristã e do credo liberal que viabilizaram o surgimento do mundo moderno e sua tentativa de sobrepujar sua crise. Ao consolidar o mundo moderno, estas influências arquitetaram uma teleológica “matriz tradicional do poder”.

Eis a crise da modernidade: o liberalismo, o filho bastardo desta tradição. O ponto importante do estudo que nos remete ao objetivo da pesquisa é a natureza, e por assim ser, a dinâmica do capital. Encontramos a problemática de sua expansão. A confiança em seu exterior, que lhe garante a mais-valia, deve divergir com a internalização do mesmo, que lhe garante a aplicação parcial da mais-valia, aumentando sua taxa de lucro. O centro não pode, em hipótese alguma, partilhar o lucro com a periferia. Em termos políticos, essa dinâmica acentua o estabelecimento de uma estrutura que possui seus fundamentos dentro da “matriz tradicional de poder”, pois realiza a manutenção de uma sociedade de massas no mundo ocidental.

Com efeito, essa tradição fora, de forma racional, mascarada no mundo moderno. O elo entre o povo e a nação mostrou-se uma poderosa inovação do projeto liberal e se constituiu no centro de sensibilidade jacobina. Apesar da criação espiritual do povo, houve também a consolidação de um mercado global e novos espaços para investir e fazê-los “a sua imagem e semelhança”. Desde então, o conceito de soberania, vinculado ao imperialismo, que buscava incessantemente novos adeptos, fez dos cidadãos, nas metrópoles e em suas respectivas colônias, simples meios para alcançar os fins almejados dos Estados através da consolidação de “aristocracias espirituais” em suas respectivas redes burocráticas.

Logo, esse formato de soberania se mostrou fraco com a desilusão da tragédia moderna e a ascensão do totalitarismo que propuseram uma paisagem de desolação. Neste momento, segundo Arendt, estava visível o declínio, e não o excesso, da política no mundo moderno. Segundo ela, a incompreensão da novidade dos regimes totalitários rendeu justificativas para a reedificação de teorias que descartavam a política do ideal grego de liberdade e a ligavam de volta ao moralismo tradicional com o intuito de assegurar a segurança dos cidadãos.

Para Negri, parte dessa reviravolta se deve ao “internacionalismo proletário” ao redor do mundo onde lutas sociais fizeram diminuir a taxa de lucro e valorizaram a qualidade subalterna. Por esta razão, uma economia que sempre esteve associada com a defesa da democracia necessitou ser reinventada. Foi a redescoberta de outro conceito de soberania, a imperial, que representou o extermínio, em termos políticos, das potencialidades dos cidadãos na pólis.

Este novo conceito, por sua vez, nega qualquer relação com seu antecessor ultrapassado, o da soberania moderna, e fundamenta-se no ficcional espetáculo da vida que promove uma ilusão de desenvolvimento e possibilita mascarar o exercício da “matriz tradicional do poder”. A soberania imperial se apresenta como uma lógica única formada por diversos organismos nacionais e supranacionais. Para Negri, é o poder que governa o mundo. Por isso, de acordo com a literatura clássica sobre o Império, especificamente a terminologia de Políbio, retomando-a nos moldes atuais, a soberania imperial remonta ao Império Romano.

A razão que garante legitimidade ao governo imperial reside na inovadora noção da soberania americana que promove uma ideia de imanência do poder, e desta forma, de produtividade aos cidadãos: tentador para a desgastada soberania europeia que rompia com a pluralidade da pólis. Não demorou e, após a queda dos regimes totalitários, a expansão do neoliberalismo, gradativamente, já promovia a construção de uma super infraestrutura de informações assim como a construção de estradas deu ao Império Romano. É um controle disperso em todos os cantos do mundo e, por isso, o que vemos é o Primeiro Mundo no Terceiro, o Terceiro no Primeiro, e o Segundo, por bem dizer, em algum lugar.

Para que o seu projeto não se esvazie, a estratégia do governo imperial na pós-modernidade é operar de forma semelhante à soberania moderna. Semelhantemente ao modelo imperialista, a soberania imperial se articula e se utiliza da vida dos cidadãos, usufruindo de suas potencialidades e, desta forma, transgride a condição humana e necessita de uma polícia para a manutenção de sua ordem que pretende ser eterna, fundando, neste sentido, a ideia de um “Estado de Exceção”.

Por negar tudo que é moderno, o “lado de fora” e seu habitante, o “outro”, não possuem serventia no discurso imperial. Os homens, retornando ao conforto do lar primitivo, sentem-se a vontade em seus espaços privados. Logo, os espaços públicos e, portanto, os espaços políticos dissolvem-se. Estes são os sinais da crise filosófica que se abateu sobre o mundo pós-moderno e que tornaram falhos as teorias e os discursos

revolucionários recentes. Eles ainda possuem dimensões autoritárias que fazem com que a autoemancipação das classes seja bloqueada, retornando à tradição.

Por carregar em seu ventre uma separação das classes, a soberania imperial estabelece uma “desigualdade” cada vez maior e conflituosa. Desta forma, promove o medo e a insegurança entre os cidadãos para sua própria sobrevivência. Por isso, seu *modus operandi* usa da violência para impedir o nascimento da novidade a todo instante. O terror causado pela violência impede os homens de praticarem aquilo que lhes é próprio – a ação. Por isso, seus instrumentos de controle buscam incessantemente impossibilitar os cidadãos de articularem os campos da lembrança e do esquecimento dos costumes que ratificam a tradição para, por fim, atingirem suas respectivas identidades e, por isso, suas potencialidades e fundarem um modelo político capaz de fazer surgir sempre um “novo começo” da mesma maneira que, segundo Negri, o personagem Jó se liberta do fardo imposto a ele em sua poesia épica.

É possível que o conceito de soberania na pós-modernidade ainda retenha um caráter totalitário herdado da tradição. Ele está disposto a sacrificar seus cidadãos em execução do que afirma ser uma filosofia da História. É um organismo bestial que possui uma constituição híbrida por natureza e que se alimenta da inércia e da corrupção dos homens. Faz de seus fiéis seguidores, burocratas prontos para seguirem seus comandos como “animais de rebanho”. E, ao estarem isolados como exímios burocratas, ficam mais longes de seus semelhantes do que se tivessem mortos e a morte indica a extrema solidão e impotência humana.

E como toda sociedade totalitária que transforma a “multidão” em um rebanho que obedece a seu pastor, a soberania imperial possui seus campos de concentração e produz suas personagens. Por estas razões, renasce a figura do direito romano arcaico que representa a inclusão do cidadão em um ordenamento sob sua própria exclusão, semelhante aos povos conquistados pelo Império Romano. Acaba tecendo sujeitos mortos, não apenas biologicamente, mas nos direitos constitucionais e na capacidade de refletir, ou seja, na capacidade de conscientização. Os corpos que se conectam ao soberano tornam-se meros laboratórios de um campo de concentração invisível, mas concreto, onde suas vidas são testadas constantemente mediante a soberania da “pura” técnica.

Para superar esta crise filosófica, a linguagem entre o proletariado deve surgir, e não da classe operária, a distinção é fundamental. E assim como a expansão de Roma definiu a própria queda do Império, a soberania atual está ruindo em suas próprias

bases. Esta falha em produzir e garantir a vida de seus cidadãos. Nosso estudo não é a favor de uma estrutura que possui a ideologia de uma célula cancerígena, pois estaria agindo contra a democracia que possibilita o encontro das diferenças no interespaço humano onde a liberdade pode operar.

Não se pode imaginar um mundo justo, igual e sustentável onde a minoria da população detém toda a riqueza e armas ou onde aqueles que destroem a vida no planeta ainda tomam as decisões. A tarefa de fomentar um espaço inovador na política é difícil, o homem que propõe a liberdade deve não apenas prover o acesso dos campos e dos rios para alimentar os pobres, mas criar meios para a troca de ideias, de informações e de amor. Por isso, o homem que se ausenta da pólis é responsável diante da participação dos demais homens que se apropriam do espaço dialogal.

Com efeito, torna-se importante o estudo da memória e de seu ofício na política, uma vez que, seu campo discursivo trata da construção do processo dinâmico da sociedade, ou seja, do jogo de forças que inclui processos múltiplos de produção e articulação das lembranças e esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais. Partindo da ideia de que a “memória é consciência” e de que consciência demonstra a espontaneidade da vida, sua dinâmica pode colaborar para o surgimento de “um novo início”, próprio da liberdade que, segundo Arendt, deve ser a consequência da política.

Na conclusão parcial deste estudo foi possível perceber que a tradição possui um “peso” em nossa memória, e por isso, é necessário transpô-la como forma de restabelecer uma política inovadora como propunham os gregos. Percebemos também que a soberania atual está desmoronando e novas frentes subjetivas estão surgindo, embora ainda muito confusas. É importante ressaltar que, toda tentativa de erguer uma classe sobre outra nunca poderá trazer dignidade a humanidade, pois traria à tona a interposição de classes no poder, reverberando a tradição em moldes palacianos. E respondendo o questionamento inicial: o isolamento entre os homens, que impede a formação da democracia, está na contínua exploração da condição humana, que permanece sendo revisitada na memória dos homens.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debates).
- \_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência**.
- BERGSON, Henri. **Consciência e vida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIAS, Mário. **Memória e política nos caminhos de Nietzsche e Arendt**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em memória social) – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2013.
- ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. Bauru: Edipro (de bolso), 2011.
- FALCON, Francisco. RODRIGUES, Antonio. **Tempos modernos: Ensaio de história cultural**. Rio de Janeiro, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração: Isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem: Do feudalismo ao século XXI**. Rio de Janeiro: Ltc, 2010.
- JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt: Uma pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise:** Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da História:** A gênese dos conceitos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MÉSZARÓS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital:** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Antonio. **Jó, a força do escravo.** Rio de Janeiro, Record.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva.**

PLATÃO. **A república.**

TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental:** Para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VERNANT, Jean P. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: Difel, 2002.